



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1239A/13	DATA: 28/08/2013
INÍCIO: 15h32min	TÉRMINO: 18h13min	DURAÇÃO: 01h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h24min	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Ex-Vereadora do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos e apresentação de dados do inquérito policial sobre caso de pedofilia conhecido como "Meninas de Guarus".

OBSERVAÇÕES

A reunião de audiência pública foi transformada em reservada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a 35ª reunião desta Comissão.

Tendo em vista a distribuição, feita anteriormente aos membros presentes, das atas da 32ª, 33ª e 34ª reuniões, eu pergunto se há necessidade de estabelecermos a sua leitura.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu peço a dispensa da leitura da ata, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Liliam Sá.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, passemos à votação.

As Deputadas e Deputados que estão de acordo com as atas permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

As atas foram aprovadas.

Nós temos hoje a seguinte Ordem do Dia: como primeiro item da pauta, a tomada de depoimento da Sra. Odisséia Pinto de Carvalho, ex-Vereadora de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, a quem, inclusive, convido para sentar à Mesa; como segundo item da pauta, nós estaremos discutindo os requerimentos que deram entrada nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu vou argumentar, segundo informações da própria Vereadora, que esse processo de Campos dos Goytacazes se encontra em segredo de Justiça. Então, em função disso, nós vamos colher o depoimento de forma reservada. Eu estou sugerindo que nós possamos colher os depoimentos de forma reservada.

Eu pergunto se há alguma objeção por parte dos Parlamentares. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma objeção, eu vou submeter à votação.

As Parlamentares e os Parlamentares que estão de acordo que nós possamos fazer essa oitiva em caráter reservado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, aprovado o caráter reservado desta reunião, eu vou suspender esta reunião por 5 minutos e solicitar às pessoas que aqui estão que possibilitem que a reunião seja em caráter reservado.



Nós vamos permitir a presença de Parlamentares e das assessoras ou assessores dos Parlamentares.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós vamos permitir que permaneçam no recinto para esta reunião as Parlamentares e os Parlamentares desta Casa e as respectivas assessorias; Parlamentares em geral e suas respectivas assessorias.

Portanto, os que não se enquadram nessa situação, eu solicito que possam sair para que nós possamos dar início à nossa reunião, que será em caráter reservado.

Eu suspendo esta reunião por 5 minutos para que nós possamos providenciar as condições necessárias para a tomada do depoimento.

Está suspensa a presente audiência para oitiva da Sra. Odisséia Pinto de Carvalho.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Boa tarde a todas e a todos.

Passemos ao Item 2 da pauta, que consiste na apreciação dos requerimentos.

O primeiro requerimento a ser apreciado é o de nº 138, de 2013, da Deputada Erika Kokay, que *“requer que seja requisitada cópia do pen drive a quem o detém — seja o Ministério Público, a Polícia Civil de Três Corações ou o Poder Judiciário de Minas Gerais — que armazena informações sobre suposta prática de crimes sexuais pelo Vereador de Três Corações Altair Gustavo Rocha Nogueira, além de outras pessoas, conforme Inquérito Policial do qual constam fotos e vídeos adulterados”*.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo Requerimento é o de nº 139, de 2013, também da Sra. Deputada Erika Kokay: *“Requer que sejam intimados a prestar depoimento perante esta CPI, na qualidade de testemunhas, o Sr. Atila Yurtsever, diretor da empresa Rico Táxi Aéreo; e o Sr. Antônio Aguiar, sargento da Polícia Militar de Coari (AM) e ex-secretário de Defesa Social do referido município”*.



Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O terceiro Requerimento, de nº 140, de 2013, da Sra. Deputada Erika Kokay, que *“requer que seja intimado a prestar depoimento, nesta CPI, o Sr. Cristiano Silva de Almeida, delegado de Três Corações”*.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu passo a Presidência da Mesa novamente à Deputada Erika Kokay para dar prosseguimento à reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos dar continuidade ao depoimento da Sra. Odisséia Carvalho acerca do caso conhecido como Meninas de Guarus. Nós vamos fazê-lo agora de forma pública e aberta.

Eu queria apenas informar que nós aprovamos aqui o seguinte requerimento: *“Requer que seja requisitada ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro cópia do processo, mesmo que em segredo de justiça, do caso de pedofilia e exploração sexual de crianças e adolescentes, conhecido como Meninas de Guarus, ocorrido na cidade de Campos dos Goytacazes”*.

Isso foi encaminhado ao Ministério Público, que nos respondeu agora, no dia 20 de agosto, da seguinte forma:

“Sra. Presidenta, em atenção ao Ofício nº 518/2013, informo que o processo em questão encontra-se na 3ª Vara Criminal da Comarca de Campo de Goytacazes desde 06/06/2013.”

Então, desde junho de 2013, ele subiu para a 3ª Vara Criminal. Nós vamos, então... *(Pausa.)* Já pediu?

O SR. FRANCISCO DINIZ - Já pedimos uma lista. Isso é do dia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, querido, aqui nós pedimos para o Ministério Público.

O SR. FRANCISCO DINIZ - Aqui eles responderam. Aí nós já pedimos lá...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para a...



O SR. FRANCISCO DINIZ - Isso aqui eles nos responderam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja bem, eu quero saber se a gente pediu para a 3ª Vara Criminal.

O SR. FRANCISCO DINIZ - Já pedimos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pediu quando? Pediu agora?

O SR. FRANCISCO DINIZ - Pediu agora, porque é de 20 de agosto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, então veja: nós aprovamos um requerimento requisitando ao Ministério Público a cópia do processo. O Ministério Público respondeu que o processo está na 3ª Vara Criminal e que foi recebido dia 26, segunda-feira. E nós já encaminhamos um ofício para a 3ª Vara da Comarca de Campos dos Goytacazes solicitando o processo.

Nós também aprovamos requerimento. Esses requerimentos foram todos da Deputada Liliam Sá. Nós aprovamos o requerimento da diligência com a Sra. Odisséia Carvalho e também aprovamos a convocação do Sr. Leilson Rocha da Silva, conhecido como Alex. Ele também está aprovado.

Então, nós solicitamos o processo, agora, da 3ª Vara da Comarca de Campos dos Goytacazes. Tínhamos feito para o Ministério Público, porque estava no Ministério Público, mas, no dia 6 de junho, segundo informações do próprio MP, ele subiu, ele foi para a 3ª Vara, e nós solicitamos, então, à 3ª Vara.

Portanto, já tomamos essa providência. O que a gente precisa fazer, Francisco, é solicitar isto: se há um inquérito acerca de outras acusações; solicitar à Prefeita que ela nos informe que providências foram tomadas, inclusive do ponto de vista de rigor no funcionamento de estabelecimentos. Foram detectados alguns estabelecimentos. Então, detectados esses estabelecimentos, nós queremos saber que providências foram tomadas, porque um deles inclusive, foi fechado pela Polícia Federal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sra. Presidenta, desculpe-me por interromper a sua fala.

Como nós começamos a colocar agora na Internet e estamos dando continuidade à fala da outra audiência, gostaria de fazer um resumo para que as



peessoas pudessem saber o que estamos discutindo Senão, as pessoas não vão entender o que estamos falando nesse caso de exploração sexual em Guarus.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar para a Vereadora. Em seguida, passo para a Relatora. Nós estamos aqui colhendo o depoimento da Sra. Odisséia Carvalho, que foi Vereadora no Município de Campo dos Goitacazes, acerca de denúncias que atestam duplo homicídio, utilização de drogas e, ao mesmo tempo, cárcere privado, em função de uma rede de exploração sexual que existe — ou existia — nesse Município.

Portanto, eu vou passar a palavra à Vereadora, para que ela possa fazer um relato dos fatos. Obviamente, nós não temos acesso ao processo, que está correndo em segredo de justiça. Portanto, nós não vamos utilizar qualquer elemento do processo, na medida em que nós nem o conhecemos. Nós estamos passando para a Vereadora, que à época tomou uma série de providências e acompanhou esse caso, para que possa estabelecer ou fazer um relato. E a partir daí, nós vamos passar para a Relatora e estabelecer quais são os encaminhamentos necessários para este caso.

Então, eu passo a palavra à Sra. Odisséia Carvalho, para que ela possa fazer um resumo dos fatos. Estamos aqui a Deputada Keiko Ota, a Deputada Antônia Lúcia, o Deputado Jean Wyllys e a Relatora, Deputada Liliam Sá, para além da minha presença, Erika Kokay, Presidenta desta CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu peço à Vereadora que não cite o nome das adolescentes. Apenas, se quiser falar, fale a letra “J”, a letra “A”. Fale por letra, sem citar os nomes das envolvidas no caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É importante que não cite o nome das adolescentes e é importante que se atenha aos fatos presenciais, ou seja, ao que a senhora viveu nesse período e aos encaminhamentos que foram tomados. Não discorra acerca de matérias ou de elementos que se encontram compondo o processo que está em segredo de justiça, porque o inquérito passa a fazer parte do processo, e o processo está em segredo de justiça.

Como a senhora vivenciou, eu queria que a senhora se ativesse ao que foi vivenciado e não entrasse em detalhes, ou não citasse elementos que estão



compondo o inquérito e que não são de conhecimento e não foram vivenciados, para além do que está no próprio inquérito.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Pois não. Bem, esse caso ficou conhecido na nossa cidade, em Campo dos Goytacazes, como as Meninas de Guarus. Isso ocorreu em 2009. A Polícia Civil descobriu um ponto de exploração sexual e prendeu, em 2009, o proprietário de um motel — um hotel que, na verdade, servia como motel — onde foram encontradas cinco mulheres, sendo três maiores e duas menores, de faixa etária de 16 anos a 17 anos.

Esse caso ficou conhecido como as Meninas de Guarus porque nós tínhamos crianças e adolescentes, de 8 anos a 14 anos, que eram escravizadas, meninas e meninos, viciados em drogas e levados em cativeiro. Existem indícios claros inclusive, de acordo com depoimentos, de que houve dois homicídios e ocultação de cadáver.

Essa rede de pedofilia é algo que nós não conseguimos ainda resolver no Município, desde 2009, e, inclusive, de acordo com alguns relatos de adolescentes, dessas crianças, elas chegavam a fazer programas sexuais com até 30 homens por dia. Inclusive, também tinham relações sexuais em troca de cimento, para que o proprietário, no caso, o que foi preso, até o momento, pudesse construir o seu próprio hotel, o seu próprio motel. E assim foi feito, tanto é que ele foi preso no local do próprio motel que ele administrava.

Então, eu quero parabenizar a Comissão, porque é uma situação que já está praticamente... Nós temos mais de mil dias e, na verdade, nós não temos concretamente nenhuma ação efetiva para desvendar esse processo. Na época, nós recebemos toda essa denúncia de forma anônima e, num momento, enquanto Vereadora, formei uma comissão para que pudéssemos ir ao Ministério Público, comissão essa formada pela Fundação da Infância e do Adolescente, pela Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, pelos Conselhos Tutelares, pelo Projeto Resgate, que existe no Município, pela Câmara de Vereadores e pela Ronda Escolar.

Essa Comissão foi até o Ministério Público, e do Ministério Público foi solicitada a urgência para desvendar todo esse mistério em torno, inclusive, do



sumiço e desaparecimento de duas adolescentes, conforme depoimento de uma das meninas citadas no processo.

Pois bem, nesse momento, o Promotor alega que estava em sigilo, sigilo esse em que se encontra até o presente momento, e agora, neste ano, é que sai do Ministério Público, através de várias audiências, inclusive a última foi no início deste ano, com o Deputado Estadual Marcelo Freixo, presente nesta audiência pública, e nós estamos finalmente vendo esse processo andar e ir para a 3ª Vara de Campos dos Goytacazes.

Então, espero e desejo sinceramente que esta Comissão possa nos ajudar a acabar com essa rede de pedofilia que existe no Município, que envolve, infelizmente, vários empresários, políticos e pessoas da nossa sociedade campista. É lamentável que estejamos aqui falando sobre este caso, mas é necessário que a possamos efetivamente encontrar uma solução.

Nós não sabemos onde estão as meninas. Nós não sabemos onde está a declarante, a que fez a denúncia, que conseguiu fugir do cativo e pôde ir até o Conselho Tutelar para denunciar todo esse marasmo que nós temos aí.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A menina sumiu?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - A menina a gente não sabe onde está. A Jéssica, nós não sabemos onde a Jéssica está! Então... Desculpe-me. É o efeito da indignação. Isso é algo que — eu que sou avó, que sou mãe — nos deixa a situação de impotência. Por isso nós pedimos ajuda mesmo a V.Exas., porque a declarante, a denunciante se encontra desaparecida. Não existe proteção para essa menina. Inclusive o Marcelo Freixo verificou. Não existe o... Não está!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ela não está em nenhum programa do Estado de proteção à testemunha?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não está. Nenhum, nenhum. Então, nós precisamos descobrir o que foi que aconteceu e, por isso, precisamos investigar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na sua fala, a senhora diz que existem também meninos de 8 anos a 14 anos.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - De 8 anos , 9 anos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E ficavam onde? Numa casa?



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - No cativeiro!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em cativeiro.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Numa casa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa casa foi apontada também pela delegacia também? Está fechada?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, sim. Já foi, já foi.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E ela foi alugada por esse Leilson?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Pelo Alex.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pelo Alex.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Eram vários pontos. Não era somente um ponto da cidade. Eram vários.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantos pontos?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Pelo depoimento, pelo menos uns três pontos. Isso no Bairro de Guarus. Por isso, a caracterização como as Meninas de Guarus. É um bairro chamado... Um bairro de pessoas altamente carentes, pobres mesmo, chamado Custodópolis, Santa Rosa, que ficam no Bairro de Guarus.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a Polícia? E a Polícia nesse caso?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Inclusive com envolvimento de policiais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem envolvimento de policiais?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Tem, também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem provas materiais desse caso?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Tem provas, tem provas. Inclusive foi solicitado corpo de delito das meninas, para que pudessem... Inclusive seria interessante solicitar o laudo do perito também do Instituto Médico Legal, para



que pudesse... Foi solicitado pelo delegado na época, e, com certeza, tem a resposta.

O delegado, na verdade, que acompanhou inicialmente o processo foi transferido para outra jurisdição. Então, não pôde acompanhar esse processo até o final. É lamentável, porque foi ele que efetuou inclusive a prisão do vulgo Alex. Então, é necessário que a gente tome as providências necessárias.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Vereadora, em que pese o fato de V.Exa. — posso chamar assim? — ter mencionado a presença de garotos também nessa rede de exploração, a própria consagração popular da expressão Meninas de Guarus quer dizer que era uma rede de exploração sexual que se abatia, sobretudo, nas mulheres, nas meninas, mulheres menores de idade e nas mulheres também adultas.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Havia mulheres adultas sendo exploradas sexualmente pela rede.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É. Na faixa, no máximo, de 17 anos a 18 anos. Na verdade, de acordo com os depoimentos e com o que foi divulgado na imprensa local, dessas meninas, quem já estava no vício não fica trancafiada. Geralmente, as meninas de 16 anos a 18 anos já saíam para fazer os programas em concordância, em troca não só do dinheiro, como também das drogas. E as demais, no caso, de 8 anos até 14 anos a 15 anos, inclusive a denunciante, eram trancafiadas e viciadas, para que pudessem não sair de seu cativeiro, drogadas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eram meninas fluminenses ou meninas vindas de outros lugares?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Inclusive de outros Municípios. De Municípios vizinhos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não. Municípios vizinhos. Mas todas fluminenses? Todas de Municípios do Rio, ou de outros Estados?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, não, inclusive de outros Estados.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ah, de outros Estados.



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Existem também, em algumas declarações, meninas do Espírito Santo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, o Ministério Público não esclareceu. Disse que se omitiu o Ministério Público; a Polícia não esclareceu, e o Conselho não sabe de nada. Como, se o Conselho Tutelar, na época, recebeu a notificação, a denúncia, e esteve com as meninas, não é isso?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Esteve.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E daí? O que aconteceu com os Conselheiros Tutelares e por que o Ministério Público se omitiu?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - De acordo com a declaração da denunciante, ela conseguiu fugir do cativeiro — deixaram uma das janelas aberta — e ela foi com a sua mãe até o Conselho Tutelar. De lá, foram acompanhadas até a delegacia. E, no depoimento de duas Conselheiras tutelares da época, elas relatam que os documentos, na época, foram solicitados pelo Ministério Público, e atualmente, no Conselho Tutelar não existe nenhuma comprovação, nenhum documento de que elas fizeram a denúncia lá. Então, só existe...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Os Conselheiros não fizeram a denúncia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Fizeram a denúncia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas sumiu o documento?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sumiu. O Ministério Público, na verdade, solicitou, e, no Conselho Tutelar, hoje, não existe nenhum registro de nada desse fato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por quê? Qual era a pessoa mais importante envolvida nesse caso — se for público; se a senhora se sentir à vontade para falar — que estaria envolvida nessa rede de prostituição?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - São muitas. São muitas pessoas. São políticos, são empresários, são policiais. Então, a gente, na verdade, precisa solicitar urgência na investigação e na punição.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Parece-me, já que o Ministério Público solicitou cópia da denúncia ao Conselho Tutelar e esse documento não foi



apresentado, que há indício de uma tentativa de acobertamento dessa rede de exploração sexual.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, sim. Exatamente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu faço questão de falar em rede de exploração sexual, porque a exploração sexual é um crime aviltante, que tem que ser enfrentado. E aqui distinguimos, mais uma vez, exploração sexual de prostituição, que é uma escolha de uma pessoa.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, com certeza.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Então, a gente sempre faz essa distinção no âmbito desta CPI, para deixar claro que uma mulher pode ser explorada e uma mulher pode escolher ser prostituta. Uma coisa é distinta da outra.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É diferente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É diferente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, nesse caso, por que esse sigilo e por que abafaram o caso dentro do Município? É isso que nós queremos entender: se foi uma coisa notória; se o próprio Conselho Tutelar disse que há mais de 600 casos notificados de pedofilia no Município de Campos de Goytacazes.

Eu gostaria de saber da senhora o que as autoridades... Há uma Vara da Infância e da Adolescência que funciona lá?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, existe.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que a Juíza, ou o Juiz, falou em relação a esse caso? Vocês foram até lá?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Nós fomos. Tanto é que a representante da Vara da Infância e da Juventude e do Idoso acompanhou toda a Comissão, fez parte da Comissão, para que pudéssemos ir ao Ministério Público para efetuar a exigência, vamos dizer, exigir solução para o caso. Então, tinha conhecimento, teve acesso, com certeza, aos depoimentos. Agora, realmente, há indícios de acobertamento, visto que todos os documentos, o registro do Conselho Tutelar, foram todos para o Ministério Público, e o Conselho Tutelar hoje não tem nenhum registro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o caso de extorsão nesse caso? O que foi esse caso? O que foi a extorsão?



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, extorsão. Existem indícios de que alguns policiais que estavam envolvidos em todo o processo de investigação teriam solicitado depoimento de algumas das meninas, onde estas estariam apontando alguns nomes de empresários do Município de Campos. E aí era o processo de chantagem: *“Olha, seu nome está no processo, está assinado, está aqui o depoimento. Então, eu preciso de tanto para me calar, para isso aqui ser abafado.”* Então, a extorsão é em relação a essa situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas seriam policiais?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Policiais no processo da investigação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Militares ou civis?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não tenho essa certeza. Não adianta falar se...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eram policiais?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Policiais que tomaram conhecimento da investigação — claro, tiveram acesso à investigação —, e aí faziam esse trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem fez essa denúncia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Como?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem fez a denúncia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sobre...?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A extorsão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que tinha policiais que colheram e tal... Quem fez essa denúncia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso saiu na imprensa. Por isso que eu coloco como indícios em relação a essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas a denúncia...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - De extorsão. Só sobre extorsão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, porque, se havia policiais que colhiam sigilosamente o depoimento ou que tiveram acesso aos depoimentos e utilizavam informações de um processo envolvendo crianças e adolescentes para fazer extorsão, isso partiu de alguém.



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não se sabe de quem partiu?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, não sabemos. O que a Deputada coloca é o que sai na imprensa, que houve extorsão também neste caso. Então, eu estou explicando por que... o que há nesse indício. Não se sabe quem são.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não sabe, né?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não se sabe.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso não faz parte de uma investigação policial?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E não se sabe quem denunciou?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não. Também não. Como?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No dia que teve a audiência, o Ministério Público Estadual não compareceu?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não compareceu. Inclusive, as Conselheiras Tutelares também da época não compareceram.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a Polícia Civil também foi representada por três Delegados no dia da audiência, mas que também não esclareceram grandes coisas.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - O Dr. Geraldo esteve presente, que iniciou isso e relatou...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele disse que não tinha recebido ainda o inquérito.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que estava retido no Ministério Público.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E Ministério Público não mandou ninguém, nenhum representante. É isso?



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não enviou nenhum representante. O Dr. Geraldo estava presente à audiência pública, o Delegado da 146, a Delegacia Legal de Guarus, também estava presente, mas não teve, como ele falou... O inquérito policial foi entregue ao Ministério Público e parou no Ministério Público. Parou. Agora é que houve... Pela informação que acabei de saber, que foi para a 3ª Vara agora, depois dessa audiência pública realizada no Município de Campos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas o teor da denúncia que o Ministério Público encaminhou para a 3ª Vara não é do conhecimento da senhora?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não conhece qual o teor dessa denúncia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não tenho. Com certeza...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, algumas mães e pais foram ameaçados de esquartejamento dos filhos caso denunciassem a quadrilha?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso está também nos autos?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Está.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essas mães já fizeram a denúncia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Fizeram a denúncia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Elas iam ser esquartejadas, seus filhos esquartejados?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então a coisa é muito séria ali, né?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É muito séria! Parece um filme de terror.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, está todo mundo com muito medo lá, né? As pessoas estão com medo de falar.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Muito medo. Até a minha presença aqui, de uma certa forma, requer medo, porque você está lidando com



situações, por alguns depoimentos, situações inclusive próximas à minha residência. Eu moro num bairro onde tinha uma rede... Uma das casas era ali próxima à minha residência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu vejo que tem muitos Deputados estaduais já envolvidos. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ALERJ... Veio o Marcelo Freixo, que é a da Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Janira Rocha.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A Deputada Inês Pandeló também e o Deputado Hélcio Ângelo.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Inês Pandeló. E também o Roberto Henriques.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, e o Roberto Henriques. Estão também cobrando, não é? Veja se eles também tomaram algum tipo de medida, quais foram as providências que eles tomaram, e nós vamos... Já temos um requerimento aprovado para fazer uma audiência pública e uma diligência até Campos dos Goytacazes e também ouvir esse rapaz, o qual a senhora me disse que já foi solto.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Inclusive, há informações de que ele está solto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Leilson Rocha da Silva, que seria o suposto...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Vulgo Alex.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O suposto cafetão dessas meninas e meninos. Nós vamos pedir informações nesse sentido. E pedimos também... Já há um requerimento aprovado pedindo cópias do documento do inquérito — não é mais o inquérito, é o processo que está correndo em sigilo de Justiça; o inquérito está conosco —, para que a gente possa tomar as devidas providências.

A nossa Presidenta, antes, já tinha feito aqui uma... na sua fala. Vai repetir algumas providências que ela vai tomar também.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Portanto, essa... Nós também podemos solicitar à Polícia e ao Ministério Público quais foram as providências tomadas acerca da denúncia de envolvimento de policiais.

Nós temos uma clareza, que a dureza e crueldade verificadas nesta CPI nos possibilitou, de que não existe rede de exploração se não tiver conivência do Estado, em vários segmentos. As forças policiais, que têm a prerrogativa, o monopólio de utilização da coerção, no sentido de impedir de forma ostensiva e preventiva e também através da investigação a existência de crimes, mostram-se sempre ou lenientes ou coniventes quando há rede de exploração sexual.

Uma rede funciona com vários atores. Há pessoas que lidam com a identificação de meninas para serem abordadas, processos e recursos, sejam materiais ou recurso de “pseudoempoderamento” social, para convencer as meninas do ingresso em redes de exploração sexual — meninas e meninos. Portanto, isso envolve uma série de atores que precisam ser identificados.

Além do Sr. Alex, alguém mais foi preso?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Ninguém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, era preciso... Veja bem, é uma ponta de *iceberg* que precisa ser considerada enquanto ponta de *iceberg*, não pode ser considerada como a totalidade do *iceberg*, ainda mais se tratando de um caso que envolve... O que é comum também, porque a exploração sexual dialoga muito com a utilização de drogas, dialoga muito com o cárcere privado, com o tráfico de pessoas, com outros crimes que, em verdade, se comunicam, embrenham-se uns nos outros, ficam intrincados um no outro, na perspectiva do fortalecimento dessa própria rede de exploração.

Então, se houve apenas uma prisão... Nós também não sabemos quem foram os indiciados, se houve indiciamento e que nível de investigação se estabeleceu de denúncias que são extremamente graves: denúncia de desaparecimento, denúncia de homicídio, denúncia de ocultação de cadáveres. Essas denúncias precisam ser objeto de uma... Ou seja, ser origem, desenvolver processos e inquéritos para a sua devida investigação.



Portanto, nesse caso, fala-se, inclusive, do envolvimento de Vereadores. Você tem notícias de que Vereadores seriam esses? Você teve notícia de que Vereadores...? Dos nomes?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Tenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você poderia depois... Depois nós poderemos verificar, porque isso... Veja...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - A situação dos Vereadores como clientes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Como clientes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque existem vários contribuintes, não é? Inclusive aí existe a interpretação do 244-A do ECA, que estabelece que submeter não é necessariamente forçar. Você submete através da condição de poder econômico, de poder político, de remuneração, de relação comercial.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente. Você se aproveita, submete-se.... Submeter não significa, literalmente, forçar, mas submeter é um verbo que envolve uma série de ações e uma série de comportamentos, inclusive pagar, utilizar. Submete-se através do pagamento, submete-se através da possibilidade de ascensão social, enfim, de entrada no mercado, numa sociedade que está sempre estimulando e negando o consumo a grande parte de sua população.

Portanto, temos os nomes que foram citados e depois nós vamos inclusive solicitar as providências que foram tomadas, inclusive pela Câmara de Vereadores, porque há denúncias que envolvem a Câmara de Vereadores que precisavam sofrer um processo de investigação, uma denúncia para a Câmara. A Câmara tem o dever e, particularmente, o poder de provocar uma investigação e a exclusividade, o Poder Legislativo, de verificar quebra de decoro parlamentar. Isso é exclusividade do próprio Poder Legislativo. Então, vamos solicitar...

O Presidente da Câmara, à época, quem era?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Era o Vereador Nelson Nahim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nelson Nahim.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Nelson Nahim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que providências a Câmara tomou à época acerca dessas denúncias envolvendo alguns de seus membros?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Bom, na época, eu tinha proposto uma CPI, e aí envolveria, é lógico, também a questão das meninas de Guarus. Só que, para você montar uma CPI, você precisa ter no mínimo seis assinaturas, de seis Vereadores em conjunto, e na época eu não consegui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quantos são?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Na época, éramos 17. Eu precisava de seis assinaturas e, infelizmente, eu não consegui essas assinaturas. Por isso, essa situação acabou, a nível de Câmara... A não ser o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, um Vereador que fez um requerimento, que assinamos, solicitando novamente ao Ministério Público que solucionasse o problema.

Então, somente, posso dizer que apenas nós que estávamos envolvidos ali diretamente, eu que recebi a denúncia, formamos a comissão e buscamos junto...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o que o Presidente da Casa falou nesse sentido? Você foi ao Presidente da Casa, e o Presidente da Casa não chamou esses Vereadores? Vocês não têm lá Código de Ética...?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não. Isso acabou não acontecendo, isso acabou não acontecendo, até porque, na verdade, havia declarações de que isso não era verdade. Então, não se levou adiante.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu imagino.

E seriam quantos Vereadores envolvidos?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Bom, citados,...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Citados, que foram citados como clientes.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - ... citados como clientes, pelo que eu tomei conhecimento, em alguns depoimentos, foram dois.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dois. Mas eles têm mandatos atualmente?



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não. Não têm mandato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Perderam a eleição?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Perderam a eleição.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foram indiciados e perderam. Podiam ter ganho a eleição. Ontem, estávamos aqui com um Prefeito que é o maior caso de pedofilia do Brasil, que é o Prefeito de Coari, o maior caso de pedofilia falado no Brasil, e ele está com mandato. Isso aí não podia, não é?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso é lamentável.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Temos que ver nesse sentido. Então, eles perderam o mandato?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Perderam o mandato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, não estão mais com o mandato.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E quem é o Presidente da Casa atualmente?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Dr. Edson Batista.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles perderam o mandato por decisão do povo.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Por decisão do povo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque não foram reeleitos.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, não. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é que tenham sido cassados, não é?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, não foram cassados. Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja: há algum parente da Prefeita envolvido?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Também. Citado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem é que está citado? O parente da Prefeita.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Filho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Filho da Prefeita?



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Mas, na citação que coloca, é porque havia uma casa de eventos que era de propriedade do filho da Prefeita. Não se cita diretamente envolvimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exatamente. Ele era o dono de uma casa de *shows*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Onde aconteciam situações de exploração sexual.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Onde aconteciam situações de drogas, vendas de drogas e situações...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, mas, na verdade, cita em relação a isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que é normal. Isso é normal.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - A coisa mais séria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é gravíssimo.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - O que é grave. É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se você tem um estabelecimento comercial e se esse estabelecimento comercial está proporcionando...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Que foi fechado, inclusive, agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... está proporcionando situações de exploração sexual e outras coisas que estão ao arrepio da lei, há uma responsabilidade do dono do estabelecimento, se isso venha a ocorrer.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Uma das pessoas citadas — e esse caso ficou público; falo porque foi publicizado pela imprensa —, um dos citados como sendo um dos exploradores e conivente com o Alex, que teriam inclusive machucado seriamente as duas meninas, tinha cargo de confiança no governo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual governo? O Governo do Estado ou o Governo Municipal?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Governo Municipal.



Tinha um cargo de confiança. Não só ele, como também o pai.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E ele não foi mandado embora?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - E aí foi mandado embora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi mandado embora?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Foi mandado embora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quais foram as providências tomadas pela Prefeitura? Aumentou a fiscalização dessas casas? Houve alguma mudança? Como o Estado reagiu a isso? O Estado que eu falo é o seguinte: que providências foram tomadas pelo Poder Legislativo? Houve novos marcos legais que aumentassem a fiscalização ou a proteção das crianças e dos adolescentes? Que providências foram tomadas pelo Poder Executivo Municipal?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Foram sugeridos. Sugeridos. Nós apresentamos vários projetos de lei, na época, solicitando o aumento da rede de proteção contra o abuso sexual de crianças e adolescentes. Foi solicitado também que a gente conseguisse colocar no transporte coletivo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi solicitado o quê? Isso foi deliberação da Câmara de Vereadores?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, não. Solicitação de projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Solicitado pelo seu mandato?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Pelo meu mandato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pela senhora, como Vereadora.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso. Como Parlamentar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas isso se transformou em decisão...?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Efetivamente, não. Efetivamente, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não.

Não foram aprovados.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Foram aprovados, mas não implementados.



A SRA. RELATORA (Deputada Lilliam Sá) - E quais são os projetos que tem a Prefeitura em relação à — hoje, hoje — criança e ao adolescente?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Existe um projeto, que é do Resgate, que é um projeto que é do Governo Federal inclusive e que faz parte... Tem esse caráter de... Agora...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É um projeto parceiro entre Governo Federal e Município.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Parceiro. Governo Federal e Município. Exato.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E qual é o propósito, o objetivo desse projeto?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É a questão do combate à exploração de crianças e adolescentes.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas em que sentido? De levar a informação, de proteger, de combater...?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - De proteção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E do ponto de vista do recrudescimento da fiscalização com vista à responsabilização dos supostos ou dos envolvidos, dos culpados? O que aconteceu de mudança? Houve alguma mudança? Maior fiscalização nas casas, mudança de critério de alvará...? Porque o alvará é concedido pelo Município, não é?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, você tem uma série de estabelecimentos.... Parece-me que, pelos relatos, pelo que podemos depreender desta audiência, havia uma rede de exploração sexual que era capitaneada por uma pessoa com a alcunha de Alex, e essa pessoa se utilizava de uma rede de estabelecimentos para efetivamente produzir os locais onde aconteciam as explorações sexuais. E essa pessoa submetia essas adolescentes e esses adolescentes à situação de cárcere privado, utilizava-se fartamente de drogas para poder dominá-las, como fator de dominação, para que elas pudessem estar desenvolvendo a exploração sexual comercial.



Essas meninas e esses meninos percebiam algum valor? Ou seja, há notícias de que eles recebiam um salário ou recebiam por cada programa efetivado.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, sim. Nos depoimentos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E uma parte ficava com o...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso. Exatamente, havia essa...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E essas crianças ficam nessa casa?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É. Existiam vários pontos de cativoiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quando a polícia estourou... A polícia estourou a casa, estourou o cativoiro? Encontrou crianças lá?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não. A polícia, quando a denunciante foi até o Conselho Tutelar e, conseqüentemente, até a delegacia, eles foram até o local, mas o local já estava abandonado, não é? Só que, aí, o que existia? Existiam indícios de pessoas que teriam abandonado, fora o depoimento dos vizinhos, de forma anônima, de declarações. Então, o que aconteceu foi a prisão do Alex no seu próprio hotel, que era motel, com duas mulheres e crianças, e também com drogas no local.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Havia crianças no dia da prisão dele?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Também, também. No dia da prisão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Meninos e meninas?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Meninas. Nesse caso, meninas. No cativoiro é que eram meninos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No cativoiro eram os meninos?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Meninos e meninas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele mantinha no cativoiro?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Mantinha em cativoiro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O lugar de cativoiro, onde havia a presença de meninos e meninas, não é o mesmo local que foi...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não é o mesmo, de hotel. Não.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - ... estourado pela polícia, que é o motel, onde acontecia o programa.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Nesse local, quando a polícia estourou, encontrou mulheres, adultas, e meninas.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Mulheres, adultas, e crianças, adolescentes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, no hotel ela disse que não encontrou.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, meninos, não. No hotel, não. Onde aconteceu a prisão, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E esse Alex? Qual era a profissão dele? O que ele fazia, antes, na cidade? Ninguém sabe? E ele é de Campos ou ele é de outro Município?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, ele é de Campos, de Campos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De lá mesmo?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - De lá mesmo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De lá mesmo, não é?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Pelo menos que eu tenha conhecimento, sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a polícia... E ele morava no hotel?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, ele tem residência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem residência própria?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim. Pelos depoimentos, morava com a mãe.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com a mãe.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah! Porque eu queria saber qual era o ganho dele, em que ele estava envolvido, os bens dele, essas coisas assim.



Então, nós temos aqui, Sras. Deputadas, a omissão do Ministério Público, a convivência dos poderes locais com a rede de exploração. Por que não foram tomadas as devidas providências para que esse inquérito continuasse tramitando? Por que ele foi encerrado?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E só foi aberto depois que o Deputado do Rio de Janeiro que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos esteve em Campos, agora no mês passado. Não é isso?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, foi reaberto o caso. E o caso está com a Dra. Renata Felisberto Nogueira. Não é? Para recapitular. E até agora nada foi feito na cidade. Ponto final. É isso?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - A nossa audiência lá, com o Deputado Marcelo Freixo, foi no dia 17 de maio. Então, vocês verifiquem que o processo sai do Ministério Público após a nossa audiência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas esteve uma Comissão mês passado lá também, não esteve?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, mas... É essa Comissão. A Comissão foi para a realização da audiência pública no dia 17 de maio. Aí vocês verificam, pela data em que o processo saiu do Ministério Público para a 3ª Vara, que é após essa data da nossa audiência pública no Município. No caso aí, foi, se não me engano, em junho.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, os conselheiros tutelares perderam a eleição também?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, porque há renovação, na verdade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Engraçado, foi uma renovação. Todos esses que estavam envolvidos na rede de exploração perderam o mandato.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Os dois citados, não é? No caso. Os dois políticos citados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Os dois políticos, os conselheiros...



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Os conselheiros. Na verdade, há uma renovação. Eu não tenho a clareza, mas há eleição e renovação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entendi.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Entendeu? Não são necessariamente os mesmos conselheiros...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o delegado que estava acompanhando o caso foi transferido imediatamente após...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Foi transferido logo após a prisão do Alex.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Logo após a prisão desse envolvido, não é?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exato, exato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Seria, no caso, o cafetão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero saber se as Deputadas querem fazer uso da palavra, se a nossa Vereadora quer acrescentar alguma coisa.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Bem, somente que a gente possa resolver essa situação de uma forma que a gente possa realmente conseguir ter o êxito. Porque o que gera violência, inclusive, e o aumento da rede de pedofilia é a impunidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, mas eu estou estarrecida. Por quê? Eu acho um número muito alto — e acho que as Deputadas aqui também vão concordar comigo: 600 casos. Nisso aí não botaram um zero a mais, não?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Numa cidade que tem 400 mil...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Numa cidade de quatrocentos...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Quatrocentos e oitenta mil habitantes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, 600 casos de pedofilia em apenas 2 anos? Eu acho um absurdo isso! Pelo amor de Deus! Então, em cada esquina há um pedófilo, em cada esquina há um pedófilo.



A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Esses dados são do Conselho Tutelar, não é isso?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São os dados que foram dados pelo Conselho Tutelar. Então, nós queremos pedir... Eu peço à Presidência também que a gente peça...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Relatora, então há um pedófilo atuando diversas vezes, e nada é feito contra ele.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nada é feito contra ele. Mas 600 é muita coisa! É muita criança, é muito adolescente! É muita gente!

Então, nós queremos pedir também aos conselheiros tutelares que enviem para a gente, os novos conselheiros, os atuais dados dos casos de pedofilia e abuso sexual na cidade. E a veracidade. Nós temos que ver se há veracidade nesses fatos. O que está acontecendo no Município de Goytacazes? Ali virou o paraíso da pedofilia? Lá está a PETROBRAS, há muitos estrangeiros, há muito dinheiro...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - O Porto do Açú.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O Porto do Açú. Então, nós temos que tomar providências seriíssimas em relação a isso. Porque não é possível. Eu nunca ouvi falar de um número tão alto num local que tem 480 mil habitantes, mais ou menos, que seria o caso ali de Campos dos Goytacazes. Você há de convir. Eu fiquei estarecida com os dados. E envolvendo não só meninas, mas envolvendo meninos também.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Meninos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, a coisa é muito séria. E cabe a esta Comissão fazer uma investigação muito apurada e cobrar dos Governos uma resposta, tanto do Governo do Estado quanto do Governo Municipal. E da Câmara de Vereadores!

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim, também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque isso também parte de projetos de leis da Câmara de Vereadores.

Então, nós queremos respostas. Para mim, dou por encerrada a minha fala. Eu já fiz os requerimentos, já dei entrada nos requerimentos que eu tinha que fazer.



Agora, a nossa Presidenta também tem alguns requerimentos que ela gostaria de encaminhar.

E eu gostaria de pedir também, nessa questão, para ouvir esses dois ex-Vereadores. Fazer um requerimento, não é, Presidenta? Para ouvir os dois ex-Vereadores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos acolher, então, a sua sugestão. A Deputada pode apresentar os requerimentos para que nós os apreciemos na nossa próxima reunião.

Então, veja, é um caso absolutamente nítido de impunidade. Nada foi feito e nada foi modificado após o escândalo que envolve inclusive a suposta morte de duas adolescentes, a existência de cárcere privado, a utilização farta de droga como instrumento de dominação, instrumento de adestramento dessas meninas, uma rede que envolvia uma série de estabelecimentos.

De quantos estabelecimentos se tem notícia?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Citado no processo, agora... São vários, são vários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vários estabelecimentos comerciais, inclusive o estabelecimento comercial da filha ou do filho da Prefeita, que se transformou em palco de oferta de drogas e de exploração sexual.

E frente a todo esse escândalo que mostra que houve uma naturalização da infância roubada, de as nossas crianças e os adolescentes serem utilizados como coisas, ou seja, objetos a serviço de uma busca de lucro e a serviço de uma distorção do próprio desenvolvimento das relações afetivas de parte da população. Portanto, com tudo isso, que é absolutamente chocante... Uma adolescente foge de um local onde estava em cárcere privado e, ao procurar sua mãe e ir ao Conselho Tutelar, denuncia que foi aliciada a partir de paradigmas de uma sociedade que estimula um consumo e nega um consumo... Ao mesmo tempo, diz "*consuma, para eu te respeitar*" e não dá o direito de consumir. Então, cria um desejo frustrado e molda comportamentos a partir da lógica de mercado. E essa adolescente denuncia à mãe, que denuncia ao Conselho Tutelar. As conselheiras encaminham essa denúncia e, depois, essas conselheiras não aparecem para fazer os depoimentos. E, ao encaminharem todas as denúncias, deixam o Conselho Tutelar sem a denúncia,



porque as denúncias são transferidas para outro órgão. Há indícios de que houve uma postura leniente ou conivente do próprio promotor que estaria responsável por esse caso. O delegado que decretou a prisão do principal aliciador, que, tudo indica, é aquele que estava capitaneando e dirigindo a rede de exploração sexual, é transferido para outra localidade. E você tem, então, um processo que se arrasta desde 2009 sem que se tenha qualquer tipo de punição aos envolvidos e qualquer tipo de atendimento a essas crianças e tal, ou soluções, porque há uma denúncia extremamente grave, uma violação puxa outra, e ela acaba pondo fim literalmente à vida. Enfim, não há violação de direitos que fique ensimesmada; ela leva a outra violação de direitos. E o diálogo que existe entre as redes de exploração sexual é constatado, diálogo que existe entre outras formas de crime: entre o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas. Ou seja, há um emaranhado de situações e crimes que se comunicam e que alimentam as estruturas de redes de exploração sexual, como outras redes também se alimentam da própria rede de exploração sexual.

Então, veja, você tem tudo isso e uma denúncia de que duas adolescentes foram assassinadas, uma denúncia que, pelo que temos conhecimento, tem muitos elementos, muitos detalhes que dão a ela um caráter de muita veracidade. E nós não sabemos nem se foi instaurado um inquérito para apurar de forma central essa denúncia de assassinato, de ocultação de cadáver. E a própria denunciante...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O tráfico também, o tráfico de pessoas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o tráfico de pessoas. Enfim, nós sabemos e temos condições de verificar, pelo que saiu na imprensa, que houve um inquérito investigando o ferimento ao art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, que fala em submeter crianças e adolescentes à situação de exploração sexual. Mas os outros crimes são objeto de investigação? Nós não sabemos, não é?

(Não identificado) - Não sabemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, ao mesmo tempo, a adolescente, que foi autora da denúncia, desaparece da cidade, junto com sua família. Nós não sabemos se está no esquema familiar de proteção, porque as famílias, via de regra, têm estruturas para se proteger, e o que aconteceu com elas.



E, vejam, olhem o absurdo. Se Camus fosse vivo, falaria em absurdidade. Mas olhem só, olhem o absurdo: você tem adolescentes que fazem essa denúncia extremamente grave, Deputada Liliam, extremamente grave, e essa adolescente desaparece! Essa adolescente tinha de estar sob a proteção do próprio Estado ou deveria estar com o Estado a preservando. Então, assim, a pessoa... Isso tudo porque...

O que a gente verifica, no caso de Coari e em outros casos que também estamos investigando, é que a impunidade provoca dois efeitos imediatos. Um deles é a naturalização do crime; o segundo é o temor. As pessoas, ao verem que não resolve, que não tem conclusão, que ninguém é punido, ficam com muito medo de denunciar e se calam. Elas provocam o silêncio.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Na realidade, como foi muito bem colocado, e V.Exa. explicou aqui muito bem, é interessante esta Comissão checar, porque é muito estranho tudo isso que está acontecendo, Vereadora. É interessante esta Comissão verificar se os programas sociais do Governo Federal não estão sendo utilizados para calar essas famílias carentes, vítimas desses atos de vandalismo. Então, parece-me muito estranha — ouviu, Relatora? — toda essa situação, essa omissão da própria família. É preciso verificar se os programas sociais do Governo Federal, no caso também que reflete lá no Município... no caso, se essas pessoas não estão sendo beneficiadas para ficarem caladas, porque se trata de famílias carentes ou famílias pobres, expostas a todo tipo de situação.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É, tem de se verificar isso também. Muito bom.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Então, eu gostaria que esta Comissão colocasse as mães,...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vamos ouvir a família também, colocar o nome das mães e das meninas no... As mães, para serem ouvidas.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - ...as famílias, para virem a esta Comissão dizer se elas são beneficiárias ou não de programas sociais do próprio



Governo, para tamanha omissão num caso tão grave aqui denunciado pela nobre Vereadora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vereadora, eu só gostaria de fazer aqui uma ressalva na fala. Quando a senhora fala do filho da Prefeita, foi citado onde? No inquérito? Neste aqui?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Neste.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi falado aqui?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Foi.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque me espanta a Prefeita ter nove filhos, ser uma fiel lutadora pelos direitos da criança e do adolescente, e este caso estar, assim, parado. Porque, como é Governo do Estado, ela também deveria fazer nesse sentido. Ali, não sei quais foram as ações e as providências que ela tomou em relação a isso, porque, quando ela era Governadora, foi ela que baixou um decreto sobre bares, restaurantes, hotéis, motéis que perderiam o alvará no caso de exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, causa-me estranheza, nesse sentido, o filho dela ser citado numa questão dessas. Foi só por isso que eu fiquei assim, porque quero saber se foi no inquérito, se ela tomou providência, se a casa foi fechada ou como é que foi.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Somente para ressaltar, é lógico que essas famílias são... devem ser possivelmente enquadradas nos programas do Governo Federal, porque são famílias de comunidades bastante pobres. Só que o que talvez faça com que essas pessoas se sintam não com coragem de denunciar é justamente a omissão. É a omissão, o medo de morrer! Elas foram, inclusive, ameaçadas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem aqui uma ameaçada de esquartejamento dos filhos.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - ...de esquartejamento, não só delas como dos próprios filhos, se houver a denúncia. Então, se o Estado, enquanto Estado, não dá proteção, imagine uma situação como essa! Então, é medo mesmo de colocar, nem é omissão.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O Rio de Janeiro só tem uma delegacia para a criança vítima de abuso sexual, de exploração sexual — uma, no Estado!

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exatamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E ainda funciona de forma muito precária, muito precária, caindo aos pedaços.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Muito precária, muito precária.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E são os próprios policiais que a pintam, que trazem brinquedinhos para a sala de escuta da criança ali. Se você for até lá, você fica horrorizada.

A CPI da Exploração Sexual esteve com a Martha Rocha, que se comprometeu em que haveria uma intervenção e que eles fariam uma nova delegacia. E nós dissemos que deveria haver outras delegacias ou...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Claro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ...pelo menos centralizar na região fluminense, na Baixada Fluminense.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Inclusive na Zona Sul. Isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É preciso fazer alguma coisa, porque, quando há esse tipo de denúncia, é longe para chegar até a delegacia, no Rio de Janeiro, que fica no centro da cidade.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Claro, claro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Você veja: quantas horas para chegar ao Rio de Janeiro? Quase 4 horas. Então, fica muito difícil. E também falta a Vara da Infância.

Nós estivemos com o Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e entregamos a ele várias considerações da CPI. Nós não fomos recebidos, no Rio de Janeiro, pelo Prefeito Eduardo Paes. Ligamos, ligamos, a CPI ligou várias vezes. Nem dar uma data nem enviar um representante o Prefeito enviou. Mas o Governo do Estado pediu que o Vice-Governador nos atendesse. Então, nós fizemos uma série de reivindicações que o Rio de Janeiro precisa, em relação à criança e ao adolescente, e entregamos ao Governador, que, até agora, não tomou nenhum tipo



de providência quanto às considerações que esta CPI fez em relação à prevenção e ao combate à pedofilia e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, as medidas nós já pedimos. Quando nós estivemos no Rio, pedimos, fizemos considerações, e essas considerações não foram respeitadas, nem aprovadas, nem mandaram para a gente nenhum tipo de... nem para falar: “*Olha, nós estamos tendo esse tipo de iniciativa, e tudo*”. Não mandaram nada. Então, é complicado isso.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Eu só, assim, queria tentar esclarecer que, na verdade, em relação à questão da citação do filho da Prefeita, é do conhecimento do Município de Campos que eu fui e sou oposição. Sou do Partido dos Trabalhadores, mas nisso eu me limito a estar falando o que há de relatos neste documento. Por isso, nós não podemos...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu acho que aqui não... Quando se trata de criança e adolescente, não podemos ter partido algum.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exatamente. É exatamente isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O partido tem de ser partido da criança e do adolescente.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Por isso é que nós precisamos estar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - (*Riso.*) É o PCA. Ela está falando no PCA, o Partido... (*Riso.*)

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Exatamente. É por isso que estou, assim, inclusive, falando e relatando exatamente o que chegou até mim. E fiz o papel que deveria...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por isso é que perguntei se a senhora tem, se está aqui.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Está aqui. Está aqui.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está aqui, está aqui, e vou ler, vou ver a página.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Justamente por essa ocorrência, para não dizer que nós estamos aqui fazendo um jogo político. Não é. O que me coube da denúncia eu apresentei, formei uma comissão, fomos ao Ministério



Público, solicitamos o acompanhamento tanto do Governo Municipal como do Estadual e, inclusive, do Federal, para que a gente pudesse ter força. E, infelizmente, nós não conseguimos resultado efetivo de nenhuma das esferas, diga-se de passagem.

Então, é interessante, é importante a presença desta Comissão, para que a gente possa dar andamento ao processo. O que é claro e evidente é que o Ministério Público estava com posse de toda a documentação e, infelizmente, não agiu. Toda a documentação só se movimentou após a última audiência realizada no Município de Campos, apesar de anteriormente termos tido várias outras. Mas infelizmente não tivemos resultados. Então, é importante que, agora, no âmbito aqui do Parlamento, da Comissão daqui do nosso Congresso, a gente possa efetivamente dar uma solução para esse caso de forma total e transparente. Porque, como eu estava relatando, na verdade, esse caso não pode ter partido político.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele não pode ter partido. E a Prefeita já se colocou à disposição... A Prefeita Rosinha Garotinho já se colocou à disposição para receber esta Comissão Parlamentar e ajudar no que for necessário para se apurar esse caso e tomar as devidas providências.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Ótimo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela participou isso através do Deputado Pudim, que entrou em contato com o nosso gabinete.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, então, frente a isso, já temos aprovada aqui uma diligência ao Estado do Rio de Janeiro, onde iremos verificar um caso específico e esse caso de Campos dos Goytacazes. Também já aprovamos aqui. Já solicitamos o inteiro teor do processo, que está em segredo de justiça, e também aprovamos os três requerimentos de autoria da Deputada Liliam Sá. Aprovamos colher o depoimento ou convocar o Sr. Leilson, com a alcunha de Alex, para que possa prestar esclarecimentos.

Nós estamos, nesta reunião de hoje, solicitando, ainda — temos como requerimentos, e vou submetê-los, para ver se as Deputadas estão de acordo —, a cópia do laudo do IML, sugerido pela Vereadora; o ofício à Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, perguntando se há outros inquéritos além desse inquérito do 244-A, um inquérito para discutir a utilização de drogas, a denúncia de ocultação



de cadáveres e de homicídios, duplo homicídio — se há inquéritos para essa investigação —; o motivo da transferência do Delegado Rangel, que foi aquele que estava titular na delegacia que procedeu às investigações e levou à prisão o Sr. Alex. E nós vamos, então, fazer esse ofício ao IML, ligado também à Polícia Civil, e solicitar à Polícia Civil se há registro de óbito, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De óbito. Que seja feita uma busca para ver se há registro de óbito das duas adolescentes, já que há denúncia de que teriam sido vítimas de homicídio, vindo a óbito nesse estabelecimento.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Só para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois não, Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Só para contribuir. Além dessa busca do atestado de óbito nos cartórios de registro, é interessante saber se a Defensoria Pública — porque, como a Vereadora disse, trata-se de famílias carentes, famílias pobres —, atuou em algum desses casos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Porque lá nós vamos obter vários relatos. Acho que é de suma importância essa averiguação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, veja, a Defensoria Pública dá assistência judiciária aos réus.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Não, mas os pais que denunciaram o sumiço dos seus filhos devem estar sendo acompanhados pela Defensoria Pública. Isso não existe!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, sim. Então, vamos encaminhar à Defensoria do Estado ou do Município, enfim, da Comarca...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Hã?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas eu acho que a Comarca deve ter também. Bom, vamos encaminhar à Defensoria do Estado, para saber se



há participação daquela instituição de alguma forma nesse processo. E, havendo, que eles possam nos remeter o nível de participação da Defensoria.

Ao Conselho do Ministério Público e também ao Procurador-Chefe ou Procuradora-Chefe do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nós vamos relatar os fatos que nos causam estranheza acerca da postura do promotor e solicitar que sejam tomadas as providências cabíveis. À Prefeita nós vamos solicitar as providências tomadas depois da divulgação do fato: se há plano de enfrentamento à exploração sexual; se foram tomadas algumas medidas para recrudescimento da fiscalização em estabelecimentos; se houve qualquer medida que apontasse o aumento do caráter coercitivo de estabelecimentos e tal. Enfim, o que cabe ao Município é basicamente o alvará, porque os demais não cabem ao Município. Mas queremos saber se houve um aprofundamento das medidas coercitivas, no que cabe, obviamente, ao Município, e também se o Município elaborou um plano de enfrentamento. E vamos perguntar sobre o funcionamento do CMDCA, o Conselho de Defesa das Crianças e Adolescentes, e dos Conselhos Tutelares: quantos Conselhos Tutelares há no Município, qual é a estrutura, enfim, como funcionam, como o Município estabelece as condições para o funcionamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares, perguntando quantos existem.

Vamos ainda, por sugestão da Deputada Liliam Sá, que provavelmente será a autora, fazer requerimentos para convocar os ex-Vereadores supostamente envolvidos e as mães das supostas vítimas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E as ex-conselheiras.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E as ex-conselheiras. Nós vamos solicitar, então, que essas... trabalhar com requerimentos, para escutar os ex-Vereadores, as mães das supostas vítimas e as ex-conselheiras, na condição de testemunhas, e os ex-Vereadores na condição de cúmplices, no mínimo, ou de beneficiários do esquema de exploração sexual. E vamos ainda, penso eu, oficial ao Presidente da Câmara de Vereadores, para que ele nos diga quais foram...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ao ex-Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, ao Presidente atual, que é quem responde pela instituição.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, ao ex também, porque, quando houve a denúncia, e os Vereadores eram Vereadores, ele não entrou com o pedido de quebra de decoro parlamentar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas aí o ex-Presidente... Não é o mesmo, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele não responde mais pela Câmara. Então, nós precisamos oficiar ao Presidente da Câmara de Vereadores, sem prejuízo de escutar o ex-Presidente — mas ele não responde mais pela instituição —, para que nos forneça as informações sobre quais providências foram tomadas pela Câmara de Vereadores, tanto do ponto de vista de investigação, do envolvimento de membros, de dois dos seus membros, quanto do ponto de vista de aprimorar um dos marcos legais na perspectiva de aumentar as condições de responsabilização dos autores da situação de exploração sexual e também de proteção às crianças e adolescentes. Então, nós vamos encaminhar, sem prejuízo, para que nós possamos também convocar o ex-Presidente. O ex-Presidente ainda é Vereador?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - O ex-Presidente não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele é o que agora? Ele não é Vereador?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Ele é o Presidente da FENORTE, que é a Fundação Estadual do Norte Fluminense, ligada à UENF, que é a Universidade Federal... a Universidade Estadual...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Enfim, nós vamos escutar também o ex-Presidente, para que nós possamos saber das providências que foram tomadas, na perspectiva tanto de proteção, quanto de melhora do atendimento, de prevenção e proteção, de enfrentamento à exploração sexual e, ao mesmo tempo, de aumento das oportunidades, das possibilidades de fiscalização e responsabilização.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela subscreve comigo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente pode fazer nós quatro, não é? Nós quatro podemos fazer.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Nós estamos interessadas em subscrever.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Do delegado foi solicitada a presença também?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Hã?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - O Dr. Geraldo Rangel. Foi solicitada a presença dele também?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Do delegado?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, mas é importante. É importante chamá-lo.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - É importante. Ele é essencial.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só para a gente fechar, Deputada Antônia Lúcia, depois eu lhe passo a palavra, com muito prazer.

É o seguinte: nós vamos solicitar a convocação do ex-Presidente da Câmara, das ex-conselheiras, dos ex-Vereadores envolvidos, do delegado do caso, à época, e das mães das supostas vítimas. Certo? Vamos solicitar a convocação de todos esses. Podemos fazer essas oitivas no Estado ou no Município ou podemos, porque tem uma diligência aprovada, chamá-los a Brasília. E podemos fazer no Município.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O problema é que se tem que romper o pseudomanto da impunidade. Eu vou passar para a Deputada Antônia Lúcia e, em seguida, para a Deputada Keiko Ota.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Não, Presidente. Eu queria só ressaltar uma coisa aqui. Será que não haveria outros funcionários que cuidavam desse cativoiro?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Provavelmente.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - E elas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - É importante ouvir.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Será que foram indiciadas? Tinha outra pessoa, uma mulher?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Não, não tenho essa informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nada?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Quem, com certeza, vai poder dar essa informação é o Dr. Geraldo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se nós escutarmos...

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - O Dr. Geraldo e o investigador, o policial que investigou o caso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ele responde pelo caso.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Sim. Claro, claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O delegado consegue discorrer sobre todos os elementos. Então, nós vamos escutar o ex-delegado e, sendo necessário, e a partir de lá, nós podemos chamar outras pessoas para que possam depor.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, a gente sempre tem a noção exata de que, quando nós chamamos alguém, a gente tem a necessidade de chamar outras pessoas.

Bom, eu quero perguntar à Deputada Keiko Ota, à Deputada Antônia Lúcia e à Deputada Liliam Sá se têm mais alguma coisa a acrescentar. *(Pausa.)*

Então, eu submeto, em globo, todas essas propostas. *(Pausa.)*

Os Deputados e as Deputadas que favoráveis a elas permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

As propostas foram aprovadas por esta CPI, a partir do depoimento da Vereadora Odisséia Carvalho.

Isso, obviamente, não quer dizer que nós estejamos dispensando o instrumento formal para a convocação, que são os requerimentos. Está certo? Nós



fomos aprovando todas essas propostas como foram colocadas por esta Presidência.

Então, eu quero perguntar à Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI, se quer acrescentar alguma coisa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, eu só quero parabenizar a coragem dessa militante na área da criança e do adolescente. É uma pena que você tenha perdido as eleições. Quem está perdendo é o Município, porque você está aí aguerrida, veio de lá para cá trazer e quer buscar respostas.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Claro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada pela sua contribuição com esta CPI. Que Deus te abençoe!

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Eu quero agradecer, porque é uma luz no fim do túnel. A esperança se renova neste momento. E a gente acredita que esta Comissão vai fazer acontecer e vai haver a punição necessária para que essa rede de pedofilia não continue no nosso Município.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Se todos os Estados tiverem pessoas assim, vai ser um sucesso a CPI.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Se Deus quiser.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Parabéns, ouviu?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Obrigada.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - E conte conosco!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria também parabenizar a nossa Vereadora, agradecer a disponibilidade de estar contribuindo com esta CPI e, com essas palavras, convocando...

Amanhã, nós vamos estar embarcando para Santa Catarina. Vamos ficar lá em diligência aprovada por esta CPI dias 29 e 30, realizando inclusive uma audiência pública, além das diligências. Gostaria que... as Deputadas que tiverem interesse — e os Deputados — podem ter acesso à programação no Estado de Santa Catarina, onde nós vamos ter uma audiência pública com 19 convidados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Também é uma denúncia. Posso falar, Deputada?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, com certeza.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há denúncia também envolvendo políticos em rede de exploração sexual infanto-juvenil em Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nós vamos realizar essa audiência pública com a presença do seguintes convidados: o Governador do Estado; o Prefeito de Florianópolis; o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa; a Coordenadora Estadual da Infância; a Procuradora-Geral de Justiça; a Promotoria da Infância e da Juventude; o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público; o Secretário de Estado de Segurança Pública; o Secretário de Estado da Justiça e Cidadania; o Superintendente da Polícia Federal do Estado de Santa Catarina; a Defensoria Pública; a Coordenadoria-Geral do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente; o Delegado-Geral de Polícia; o titular da 6ª Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; o Coordenador do Conselho Tutelar da região e demais conselheiros tutelares; o Presidente da OAB; e o Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB. Nós vamos realizar audiência pública com essas pessoas convidadas.

Na sexta-feira estaremos com audiência no Ministério Público, audiência no Tribunal de Justiça, tomando alguns depoimentos, e nós não podemos explicitar os nomes. Estão já confirmadas as seguintes presenças: Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam Sá e Deputada Carmen Zanotto, que fazem parte desta CPI.

Eu vou agradecer e dar por encerrada a sua oitiva, Vereadora Odisséia Carvalho.

Passo a palavra para a Deputada Liliam Sá poder esclarecer sobre os fatos que nos levam a Santa Catarina.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi uma denúncia, que está também correndo sigilosamente, que a Deputada Carmen Zanotto fez de políticos envolvidos numa rede de exploração sexual. Não podemos falar muita coisa, porque nós vamos estar lá para ouvir as pessoas e saber sobre esses fatos, o que aconteceu. Então, só podemos adiantar que nós estamos estarecidas com esse tipo de denúncia. Nós já tivemos lá em Varginha políticos envolvidos; no Amazonas, políticos envolvidos; em Santa Catarina; lá em Campos, no Rio de Janeiro. Isso é muito perigoso. Isso é até um alerta para que as pessoas nas próximas eleições



escolham melhor os seus representantes, escolham aqueles que defendam os direitos de crianças e adolescentes e os direitos da família brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com isso, com esses esclarecimentos, e convocando reunião ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30min, em plenário a ser definido e posteriormente informado, declaro encerrada a presente audiência.